Leonard Woolf: a formação de um anti-imperialista

*J. Carlos Viana Ferreira**

À memória da Isabel

> For civilizations consist partly of material things, like stage coaches and aeroplanes, flint arrow-heads and machine-guns, and partly of beliefs and desires in the minds of living men. And I am inclined to believe that it is what goes on in men's heads which, contrary to current doctrine, chiefly determines their history and the fate of their civilizations.
>
> Woolf, *Imperialism and Civilization*, 1928, p. 33.

As duas últimas décadas do séc. XIX testemunharam inesperadamente um conjunto de iniciativas tomadas pelas principais potências europeias, como a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, a Rússia e a Itália, que viria a concretizar-se num afã insaciável por obter um quinhão tão significativo quanto possível na divisão do continente africano. Esta corrida desenfreada a África (*scramble for Africa)* surgiu numa época de nacionalismos exacerbados e populistas, como o jingoísmo em Inglaterra, e num ambiente claramente influenciado pelo darwinismo social que transformou anteriores preconceitos de superioridade racial numa legitimação pseudo-científica da primazia de certas classes sociais (no âmbito interno) e de certas nações europeias, no xadrez das relações internacionais. Seja para a Grã-Bretanha, para a França, a Itália ou para a Alemanha, África surgia como um continente promissor para o comércio, enquanto imenso reservatório de matérias-primas, e para a evangelização, atendendo ao estádio primitivo ou selvagem em que os africanos se encontrariam, mas especialmente como a melhor oportunidade de concretizar os anseios de glória e de demonstração de superioridade das respectivas nações.

Este apetite devorador por África surgiu aos contemporâneos como o fenómeno mais destacado da viragem de século, levando-os a subalternizar todos os sinais de resistência ao domínio britânico, nomeadamente na Índia, e a identificar um "novo imperialismo", expresso nos alvarás concedidos a grandes empresas ou Companhias--Estado, incumbindo-as de funções próprias de Estados soberanos tais como a manutenção da lei e da ordem, se lhes afigurava uma das principais características

* CEAUL / Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

distintiva relativamente ao passado recente. Além disso, a exploração do interior africano por Livingstone e Stanley, entre outros, fornecendo informações empíricas do estádio "selvagem" característico da generalidade das sociedades africanas, fez renascer o espírito evangélico protestante de levar a mensagem cristã a todos esses homens e mulheres considerados primitivos, apoiado paradoxalmente na convicção pseudo-científica da hierarquia de "raças" difundida pelo darwinismo social de Herbert Spencer. Tais características, combinadas com o espírito nacionalista da época, tecendo loas a imaginárias glórias de uma cepa ancestral anglo-saxónica, viriam a fundir-se e desembocar no conceito de "missão civilizadora", de que o poema de Rudyard Kipling "The White Man's Burden" (1898) constitui a melhor síntese.

Foi neste ambiente que nasceu Leonard Woolf (1880-1969), no seio de uma família abastada de ascendência judaica, mas que cedo se confrontou com a necessidade de diminuir drasticamente as despesas na sequência do falecimento prematuro de Sidney Woolf, pai de Leonard, aos quarenta e sete anos de idade (1892), pois constituía a principal fonte de rendimentos da família (Woolf 1964: 17; Glendinning 2006: 22-3). Através da concessão de bolsas a que concorreu, Leonard conseguiu frequentar a *public school* de St. Paul's e o Trinity College da Universidade de Cambridge e foi membro de um grupo de reflexão exclusivo, denominado "Os Apóstolos", em que conheceu Lytton Strachey, G. E. Moore, Saxon Sydney-Turner, John Maynard Keynes, E. M. Forster, Bertrand Russell, Roger Fry, etc., embrião do futuro grupo de Bloomsbury, no sentido metafórico do topónimo, como fez questão de realçar e esclarecer (1964: 21-23). Porém, ao entusiasmo dos membros dessa tertúlia em rasgar o nevoeiro que os envolvia e assim se libertarem da mordaça do Vitorianismo, numa revolta consciente contra as normas e modelos dos pais (34), deve acrescentar-se a reduzida consciência política sobre o que se passava em Inglaterra e no estrangeiro, constituindo o caso Dreyfus — significativamente, um evento sucedido em França — o único exemplo político mencionado por Leonard Woolf (36; 209) no volume da autobiografia dedicado ao período vivido em Cambridge. O movimento trabalhista, a autonomia (*Home Rule*) proposta por Gladstone para a Irlanda, a expansão do Império britânico pelo continente africano, os sinais de resistência na Índia, são fenómenos totalmente desconhecidos na tertúlia secreta dos Apóstolos.

Este facto torna ainda mais aliciante e pertinente seguir o percurso deste licenciado por Cambridge e, pouco depois, funcionário colonial do CCS (*Ceylon Civil Service*), que inicia a sua carreira com toda a naturalidade e ingenuidade características da época, assentes no pressuposto da existência de raças inferiores (*lesser breeds*) que competia à Grã-Bretanha civilizar. Woolf decidiu demitir-se em 1912, por se ter apaixonado por Virginia Stephen, com quem casou em 10 de Agosto do mesmo ano, mas também por uma indisfarçável consciência do absurdo e da injustiça das funções imperiais desempenhadas, de que se consciencializou gradualmente na sua comissão de serviço em Ceilão (actual Sri Lanka) entre 1904 e 1911. A empatia com o ambiente, com as belas paisagens áridas, marítimas ou de selva pujante e a profunda afectividade sentida pelo povo de Ceilão, ao mesmo tempo que se apercebia do seu papel

de mera peça numa engrenagem imperial que o ultrapassava, contribuíram de forma decisiva para que Leonard Woolf se transformasse mais tarde, não num crítico do Império britânico, mas num anti-imperialista consciente.

Em Outubro de 1904, a partida para Ceilão como cadete do CCS representou o corte do cordão umbilical com a família, com os amigos e com Cambridge, investido agora em funções oficiais de que não percebia o alcance (Woolf 1961: 25): "Travelling to Jaffna in January 1905, I was a very innocent, unconscious imperialist". A viagem marítima de aproximadamente três semanas serviu-lhe, no entanto, para identificar quatro classes entre os passageiros britânicos, uma espécie de microcosmo da sociedade colonial (16-7): os funcionários públicos, os oficiais do exército, os donos de plantações e os homens de negócios. Auferindo ordenados elevados e exercendo poderes político-administrativos da mais variada ordem, os funcionários gozavam de maior prestígio e posição social, consideravelmente maior do que gozariam em Londres, Putney, Brighton ou Edimburgo, facto estranho que, aliado ao desenraizamento, contribuía para a sensação esquisita de irrealidade sentida por Woolf (24): " We were grand because we were a ruling caste in a strange Asiatic country; … I felt something in the atmosphere which to me was slightly strange and disconcerting".

Esta mescla de intenso sentido da realidade e de irrealidade, característica dos sonhos, acompanhou Woolf durante toda a sua estada em Ceilão e permitiu-lhe um distanciamento capaz de identificar os aspectos positivos e negativos do imperialismo britânico no seu auge. Assim, para Woolf (17), as sociedades dos brancos na Índia e em Ceilão revelavam-se tipicamente suburbanas, tal como retratadas nos contos de Kipling, em que o snobismo, a mesquinhez e o pretensiosismo assumiam papel de destaque nas relações humanas. Símbolo e centro nevrálgico do imperialismo britânico no mundo inteiro (135), o Clube, com um ambiente marcadamente masculino e próprio das *public schools*, constituía um espaço restrito, exclusivo, com os seus rituais quase sagrados — como o ténis ao fim da tarde em Jaffna (44) — em que se reunia a elite da sociedade local de Kandy (135-6) para tomar uma bebida, jantar, jogar "bridge" e bilhar. Uma outra particularidade: para que um novato se sentisse bem, tinha que mostrar ser um cavalheiro (40 e 63), ("a good fellow, a Sahib, a man not to be trifled with") alguém que revelasse destreza nos jogos e não fosse um intelectual como Woolf, acompanhado pelos seus noventa volumes das obras de Voltaire.

Para além da necessidade de desenvolver uma carapaça (36-7) visando ocultar tais interesses, processo a que se habituara desde Cambridge, Woolf viu-se confrontado com dois aspectos antitéticos da sua personalidade: por um lado, tornou-se um funcionário de elevada competência e severidade exagerada; por outro, à atracção inicial pelas paisagens, pelos odores e pelo formigueiro de pessoas em Colombo sucedeu uma admiração e empatia crescentes, seja com o povo Tamil de Jaffna, no norte, seja com os cingaleses de Kandy, no centro, e Hambantota, no sudeste de Ceilão. Se a sociedade reservada e racista dos europeus se lhe tornava cada vez mais insuportável ao longo dos anos, continuando a interrogar-se se Kipling tinha

retratado com rigor as personagens da sociedade anglo-indiana ou se ele, Leonard Woolf, e restantes europeus se moldavam com igual rigor às personagens de Kipling (46), envoltos nesse cenário irreal de todos desempenharem papeis num palco (24-5); e se cedo sentiu uma simpatia invulgar pelo encantador povo cingalês (32, 156, 180), acabando por reconhecer ter-se apaixonado pelo país, mais difícil se torna compreender a severidade invulgar de que deu provas na aplicação de leis e regulamentos, quando o próprio tinha escrito (169): "… much of our criminal law was both uncivilized and stupidly inneficient as a method of punishing or deterring crime".

É curioso que um intelectual assumidamente de esquerda, que considerou o caso Dreyfus um ponto de viragem, saudou a Revolução russa de 1917 e se envolveu em várias iniciativas conducentes a sensibilizar o partido Trabalhista na década de 1920 para a necessidade de alterar de forma radical a política externa da Grã-Bretanha, em particular a relacionada com as colónias, invoque Hobbes — sem o referir — para explicar o seu comportamento severo e implacável em Ceilão (79): "I am all and always upon the side of law and order … without law and order, strictly enforced, life for everyone must become poor, nasty, brutish and short". No entanto, linhas abaixo, confessa-se invadido por um sentimento profundo de desilusão e melancolia, sempre que analisava o comportamento daqueles a quem competia fazer justiça e garantir o respeito pelas leis e a manutenção da ordem. Dito de outro modo, era todo o sistema de governo colonial que o decepcionava e alimentava um cepticismo crescente.

Não admira, por isso, que as atitudes autoritárias o tivessem tornado extremamente impopular entre a população e que tenha reconhecido mais tarde o exagero dos seus métodos (109, 111), nem que a memória da sua severidade tenha subsistido em Ceilão até à década de 1960 (233; Ondaatje 2005: 211-2). Para além de prova de inegável honestidade intelectual, admitir esta faceta autoritária contribui para a melhor compreensão da ambiguidade apontada por Woolf, resultante do choque por si vivido entre duas perspectivas opostas, a racional e a emocional. Como funcionário do Império britânico, Woolf transportou inconscientemente para Ceilão um conjunto de pressupostos e preconceitos característicos dos primórdios do séc. XX, resumidos no conceito de missão civilizadora, que denunciaria aliás mais tarde. Entre eles avultava a necessidade de impor um conjunto de normas jurídicas claras e rigorosas às chamadas raças inferiores para seu próprio bem, auxiliando-as assim a ultrapassar a barbárie em que viviam. Porém, ao mesmo tempo que se distinguia pelo empenho e severidade que colocava no exercício das suas funções, tornando-se obcecado pelo trabalho (1961:181), o conhecimento directo e gradualmente acumulado dos problemas concretos da população, as qualidades de independência, boas maneiras e jovialidade características de um povo montanhês, levaram-no a interessar-se por tudo o que dissesse respeito aos cingaleses, o povo mais encantador que conhecera (156-7), e ao desenvolvimento dos primeiros sinais de uma consciência social que começou a condenar todo o sistema imperialista (157).

Dois ou três exemplos ilustram o conflito moral de Woolf. Um dia, Harry Sanderasekara, conhecido advogado, descia a rua principal de Jaffna no seu carro

de dois cavalos ("trap"), ao mesmo tempo que Woolf e o superior hierárquico ("Government Assistant") vinham a cavalo em sentido contrário. O cavalo de Woolf estava irrequieto, a dançar, e quando se cruzaram com o advogado, Woolf apontava com o chicote de montar para o seguimento da rua, tendo o chicote passado muito próximo da face do advogado. Acusado de ter batido de propósito com o chicote na cara do advogado, de que facilmente se defendeu, Woolf ficou chocado pelo facto de a população pensar que ele, homem branco e governante de Ceilão, considerasse os Tamiles — homens castanhos — uma raça inferior, e tivesse batido deliberadamente no advogado para o pôr no seu lugar (112-3): "And perhaps for the first time I felt a twinge of doubt in my imperialist soul …".

O segundo relaciona-se com as *chenas* (Glendinning 2006: 115-6; Ondaatje, 2005: 35, 210), ou queimadas, efectuadas pelo povo na orla da floresta em anos de seca. O objectivo consistia em arranjar um novo terreno para cultivo em zonas já áridas, que o governo colonial entendeu dificultar através da emissão de licenças, temendo que esse processo de queimadas consecutivas de vegetação atrofiada viesse a destruir madeira valiosa da floresta virgem. Woolf reconheceu a necessidade absoluta de os camponeses recorrerem a queimadas, sob pena de não conseguirem sobreviver, e alterou as normas vigentes. Porém, caso Woolf se não tivesse apercebido do que se encontrava em jogo, a morte ou a sobrevivência desses camponeses, um outro funcionário imperial continuaria a aplicar as normas do sistema ("by the book"), tidas por racionais e bem-intencionadas, independentemente das necessidades concretas do povo cingalês.

O comportamento de Leonard Woolf (187-9) face a um surto, em 1909, de peste bovina ("rinderpest") em Ceilão e na província de Uva, contígua ao distrito de Hambantota, a incompreensão dos aldeões e resistência à ordem de quarentena, tal como as reflexões daí resultantes, constituem um outro caso não menos relevante, bem ilustrativo do fosso existente entre as boas intenções de um representante do governo colonial e o modo como foram recebidas e sentidas por membros de um povo subjugado. Predominantemente agrícola, a área muito extensa que se encontrava sob jurisdição de Woolf dependia do gado bovino e dos búfalos para o cultivo de arroz e como meio de transporte (carro de bois). À medida que a doença se espalhava, tornava-se necessário resguardar o gado ainda não contaminado de contactos com cabeças tresmalhadas e colocar em quarentena as reses que tivessem contactado com gado doente (188). Woolf cavalgou centenas de milhas para informar os aldeões e fazer cumprir tais regras sanitárias, até que deparou, ao fim do dia, com duas vacas andando à solta numa aldeia visitada de manhã. Como uma delas mostrava sinais de doença, Woolf abateu ambas a tiro, assim desencadeando a concentração de todos os homens da aldeia junto aos animais mortos e um murmúrio hostil (191):

> I knew that the villagers did not believe what I said to them; to them I was part of the white man's machine, which they did not understand. I stood to them in the relation of God to his victims … I drove away in dejection …

Woolf apercebeu-se gradualmente do impasse a que chegara (158-9):

> I became more and more ambivalent, politically schizophrenic; an anti-imperialist who enjoyed the fleshpots of imperialism loved the subject peoples … and knew from the inside how evil the system was.

Por muito eficiente que um governo colonial fosse, nunca poderia conseguir aquela empatia própria dos governos autónomos, baseados em costumes e tradições próprios e específicos, tal como J. S. Mill (1972: 383) afirmara já em 1861: "Foreigners do not feel with the people." E isto torna-se ainda mais verdadeiro e significativo ao analisarmos o caso específico de Ceilão no âmbito do Império britânico. Tendo conhecido governos coloniais de portugueses (1505), holandeses (1656), e britânicos (1796), a ilha foi transformada num domínio privado ("Crown colony") em 1815, após a anexação do reino cingalês de Kandy que sempre resistira aos outros invasores (Ondaatje 2005: 30, 149). A governação britânica não se baseava na força das armas (Glendinning 2006:80), mas numa estrutura de normas e regulamentos administrativos que incorporava as existentes hierarquias feudais e de castas (Ondaatje 2005: 152) e recorria exclusivamente aos chefes de aldeia ("headmen") cingaleses como elementos de ligação com a generalidade do povo. Aqui reside a razão última do desânimo e desencanto de Leonard Woolf com o governo colonial de que fez parte: por muitas normas e regulamentos que elaborasse, esse governo nunca seria capaz de chegar directamente ao povo, não só por ser estrangeiro, mas também por depender de intermediários.

A escrita de *The Village in the Jungle* (2008), romance publicado em 1913, já em Inglaterra, surge assim como consequência lógica de um imperativo de consciência, como preito de homenagem à vida de extrema dureza, ao carácter genuíno, simples e puro das crenças desse povo cingalês tão admirado (Woolf 1961: 231, 212):

> But the jungle and jungle life are also horribly ugly and cruel. When I left Ceylon, and wrote *The Village in the Jungle*, that was what obsessed my memory and my imagination and is, in a sense, the theme of the book.

Em *Beginning Again* (1963: 47-8), Woolf considerou o romance um símbolo do anti-imperialismo que se desenvolvera nos últimos anos da sua estada em Ceilão:

> The Sinhalese way of life, in those entrancing Kandyan hills … and above all those strange jungle villages, was what engrossed me in Ceylon; the prospect of the sophisticated, Europeanized life of Colombo, the control of the wheels of the intricate machinery of central administration, with the dreary pomp and circumstance of imperial government, filled me with misgiving and disgust.

Todavia, importa realçar que, escrito numa perspectiva dos aldeões cingaleses, e não na de um europeu preocupado em apurar o significado do Oriente ou criticar o regime colonial, o romance ilustra simbolicamente não só que o povo depende mais da Natureza rude e dos intermediários (Wilson 1978: 44), mas que o governo colonial também se revela incapaz de desmontar a trama urdida contra Silindu e a filha, Punchi Menika, e de fazer justiça, devido à existência de um fosso intransponível entre os procedimentos e leis coloniais, e as tradições e comportamentos

do povo. Não há comunicação nem entendimento mútuo: em última análise, o regime colonial revela-se totalmente irrelevante para o bem-estar do povo cingalês que dizia defender e fomentar, pois permanece um sistema imposto por estrangeiros e incompreensível para a maioria da população.

Regressado a Londres em Junho de 1911, Leonard Woolf demitiu-se do "Ceylon Civil Service" em Abril de 1912 por se ter apaixonado por Virginia Stephen, com quem casou em Agosto do mesmo ano, e iniciou um percurso de consciencialização política que o conduzirá à esquerda do Partido Trabalhista ("Labour Party"). Confessando-se um animal político, preocupado com os assuntos públicos, mas também ignorante e sem compromissos políticos, Woolf (1963: 99) sentia-se liberal em 1912, mas não um Liberal, até que conheceu Margaret Llewelyn Davies, amiga de Virginia e Secretária da *Women's Co-operative Guild*, que o entusiasmou com os princípios do cooperativismo. As visitas e palestras efectuadas no norte de Inglaterra, tal como o estudo profundo do movimento cooperativo a que procedeu, converteram-no para sempre à teoria e princípios da cooperação e completaram a sua conversão ao socialismo (101-6), atendendo às potencialidades do cooperativismo funcionar como alternativa socialista ao sistema capitalista centrado na obtenção de lucros (111). Todavia, apesar de ter apoiado a Revolução Russa em 1917 e o estabelecimento de relações diplomáticas com o governo bolchevique (208), Woolf sempre foi um socialista herético (1967: 85) ou não-alinhado, não só por o socialismo não constituir um fim em si mesmo, como por repudiar o fanatismo dos comunistas, esses "modernos selvagens civilizados" (19, 26).

O envolvimento com o cooperativismo e a escrita de artigos sobre o assunto chamou a atenção de Sidney e Beatrice Webb em Julho de 1913 (1963: 114):

> The Webbs, sitting in the centre of their Fabian spider-web, always kept an eager eye watching for some promising young man who might be ensnared by them. … they got me to join the Fabian Society at once.

Importa sublinhar que, para os Webbs, através da *Fabian Society*, o socialismo de Estado, apoiado numa tecnocracia bem preparada, constituía o objectivo fundamental do movimento trabalhista (Wilson 1978: 54-57), que deveria ser levado a cabo pela infiltração (*permeation*) de novas ideias socialistas no seio das instituições existentes. Por outro lado, é surpreendente que os Webbs, a *Fabian Society*, os ramos políticos do movimento trabalhista *(Independent Labour Party*, fundado por Keir Hardie em 1893, e o *Parliamentary Labour Party*, de 1906), o movimento cooperativo, os sindicatos e o próprio Leonard Woolf não se interessassem ou pouco soubessem em 1913 sobre a política externa britânica (58), ou seja, sobre o Império. A elite fabiana concordava com o propósito civilizador do Império britânico e com a política de Joseph Chamberlain; os sindicatos e trabalhadores em geral equacionavam o comércio livre e Império com preços mais baixos; e o Partido Trabalhista, enquanto esquerda, não desenvolveu qualquer tipo de anti-imperialismo (Owen 2007: 2-8). Assim se justifica o título do livro de Bernard Porter (2008), *Critics of Empire*, publicado já em 1968, sobre a inexistência em Inglaterra de posições claramente anti-imperialistas até à Primeira Guerra Mundial, facto de particular

relevância para a controvérsia actual entre Porter (2004) e John MacKenzie (1984).

A adesão de Woolf à Sociedade Fabiana colocou-o em contacto com vários pensadores radicais, como J. A. Hobson, E. D. Morel e H. N. Brailsford (Wilson 1978: 92-3), e permitiu-lhe ganhar a vida com a escrita de artigos para o *New Statesman* (fundado em 1913 pelos Webbs) e outros periódicos e, em particular, com estudos de maior fôlego encomendados pela Sociedade Fabiana. Foi assim que surgiu *International Government* em 1916, propondo medidas, não tanto para um governo supra-nacional, mas para o estabelecimento de mecanismos conducentes à cooperação entre os Estados, visando evitar guerras como a que se desenvolvia na época (63, 66). Intensamente envolvido agora (1917-1918) nas actividades do Partido Trabalhista, Woolf (1963: 226) foi recomendado por Sidney Webb para Secretário da Comissão Consultiva ("Advisory Committee") sobre assuntos internacionais e, entretanto, incumbido de um estudo profundo sobre relações internacionais, que viria a lume em 1920, com o título de *Empire and Commerce in Africa* (1920a). Obra inovadora e extensa, fruto de árdua investigação numa área negligenciada, deu origem a uma versão resumida e bem mais eficaz, intitulada *Economic Imperialism* (1920b), assunto que merecerá novo livro em 1928, *Imperialism and Civilization*. Constituindo análises elaboradas por um ex-funcionário colonial sobre o fenómeno do imperialismo, esta tríade de obras, para além do seu interesse documental, contém alguns aspectos originais indevidamente esquecidos.

Atendendo ao facto de Woolf ter passado sete anos em Ceilão, estranha-se numa primeira leitura que o autor pouco ou nada diga sobre a Índia e/ou Ceilão nas obras de 1920, centrando a investigação no imperialismo em África, quando o subcontinente indiano usufruía de uma importância política, estratégica, económica e financeira, no âmbito do Império, incomparavelmente superior às colónias britânicas em África. Com efeito, Woolf somente dedicou algum espaço (sete páginas) à situação da Índia em *Imperialism and Civilization* (1928). A necessidade de limitar o âmbito de análise a uma área já por si vasta é compreensível, mas a razão principal ter-se-á devido ao facto de a corrida a África, após a conferência de Berlim (1884) sobre o Congo, ter constituído para os contemporâneos um fenómeno inesperado de tal forma avassalador que relegou para secundaríssimo plano todos os outros exemplos de imperialismo. A este propósito, não deixa de ser relevante a reflexão de Bernard Porter (2008: xx-xxii) sobre os motivos da ausência de tratamento pormenorizado do caso da Índia na primeira edição do seu estudo de 1968.

Woolf (1920a: 19) definiu "imperialismo" como o aumento de território de um Estado através de conquistas ou ocupação, ou ainda o exercício de dominação ou outras formas de controlo político sobre povos que não pertencessem ao número dos seus cidadãos. Adicionar o adjectivo "económico" tornou-se necessário para sublinhar a obtenção de lucros desmesurados por alguns cidadãos dos Estados europeus como a causa principal, em detrimento de outros factores como preocupações estratégicas ou de defesa, o prestígio, a sede de conquistas ou a difusão da civilização. A política económica externa levada a cabo pelos Estados europeus, pelos Estados Unidos da América e pelo Japão, nos territórios ainda não explorados

e não europeizados, ilustrava o imperialismo económico. Todavia, o significado de imperialismo, enquanto conquista ou subordinação dos povos asiáticos e africanos pelos Estados europeus, não se revelou assim tão consensual, como se depreende do seguinte passo (Woolf 1928: 29-30):

> But it is necessary to insist upon this description and definition of imperialism, because there are many persons, particularly the most patriotic of imperialists, who deny that there is any such thing as imperialism. They assure us that it is a figment of the imagination of Little Englanders and other unpatriotic persons, a stick they have invented for beating their own country. And whenever any one criticizes the policy of Western States towards the less efficiently developed countries of Asia or the "backward peoples" of Africa and incautiously uses the word imperialism, he is triumphantly dismissed as using a catchword the meaning of which no one understands.

A evolução da complexidade semântica dos nomes *empire* e, posteriormente, *imperialism* durante o séc. XIX apresenta-se desconcertante para o leitor hodierno devido a matizes inesperados. Em meados do século (Koebner e Schmidt 2010: 37), império podia significar as possessões britânicas, subdivididas em Império colonial (C*olonial Empire*) e Império indiano (*Indian Empire)*, ao passo que Império britânico (*British Empire)* tanto podia remeter para o conjunto formado pelo Reino Unido e respectivas "dependências", como somente para o Reino Unido, pelo que as colónias — povoadas e administradas por britânicos — e a Índia dependiam do Reino Unido, mas não faziam parte dele. Consistia numa forma mais rebuscada de designar o Reino Unido, a Grã-Bretanha ou até a Inglaterra. Assim, em 1859, era natural e frequente identificar Império britânico com Reino Unido (45-6). Por último, denotava ainda a teia de relações desenvolvidas entre a Mãe-Pátria e as colónias (38), entendidas exclusivamente como governadas por concidadãos que emigraram para o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, etc. e dispondo da mesma língua e tradições culturais, sentido já existente em finais do séc. XVII (Armitage 2006: 170-2).

Por outro lado, quando a palavra "imperialismo" surgiu em 1851 (Koebner e Schmidt, 1-10), denotava o conjunto de características do regime político autocrático instaurado em França por Luís Napoleão, como a manipulação dos sentimentos patrióticos do povo francês através da glorificação excessiva de feitos militares, uma deferência servil para com as autoridades e o imperador, e o controlo severo da opinião pública. Assim, apesar de "Império" despertar gradualmente sentimentos patrióticos e ter adquirido uma conotação positiva contra os esforços de Cobden (81, 86-105), não surpreende que, em 1875, "Império indiano" fizesse recordar déspotas romanos e "imperialismo" se identificasse com a matriz napoleónica referida e com o despotismo (122). Porém, entre a década de 1870 e o final do século XIX, mercê do contributo de Disraeli, Edward Dicey, J. R. Seely e do darwinismo social difundido por Herbert Spencer (1820-1903), Francis Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin, e por Benjamin Kidd (1858-1916), verificou-se uma transformação radical no conteúdo semântico, protagonizada por Joseph Chamberlain e Lord Rosebery.

A partir de Disraeli, Império britânico significou cada vez mais o Reino Unido e os "domínios", colónias implantadas e povoadas por britânicos, merecedoras da concessão de autonomia governativa devido a partilharem o mesmo parentesco, a mesma língua e as mesmas instituições da tradição cultural britânica. Na década de 1880, em que se desenvolveu a corrida a África, passou também a incluir as possessões tropicais que mereciam ser bafejadas pela governação da nação mais desenvolvida e esclarecida da época. Compreende-se assim que, num primeiro momento, os apelos à união e as repetidas afirmações da grandiosidade do mundo anglo-saxónico tenham originado o jingoísmo, ou nacionalismo exacerbado, demagógico e fanfarrão, desenvolvido em bares e salas de espectáculo cerca de 1878, assente numa pretensa superioridade racial e em ameaças de intervenção externa (Porter 2008: 36-40; Howe 2002: 23). O darwinismo social parecia conferir credibilidade científica às doutrinas racistas defendidas por Gobineau (1816-1882) no estudo sobre a desigualdade das raças humanas (1853-1855), assim corroborando aquela visão populista, de modo que Império passou a ser entendido como a entidade que governava outras raças, biologicamente inferiores, com os propósitos de difundir as superiores instituições da "raça" anglo-saxónica no âmbito da missão civilizadora mais ampla, de que tinha sido incumbida por Deus.

Simultaneamente, "imperialismo", que começara por caracterizar o "despotismo" praticado pelo regime de Luís Napoleão e tinha sido inventado para criticar a política interna de Disraeli (Koebner e Schmidt, 2010: 164), sem qualquer relacionamento semântico com as colónias britânicas, perdeu a conotação negativa e passou a designar uma atitude, um sentimento, uma política visando aproximar as várias partes do Império, desembocando em 1890 no patriotismo imperial (185-190; Howe 2002, 23). Deste modo, um imperialista era um patriota imperial (*empire patriot*) que, com a aquisição de vastas áreas africanas, sentia o dever de civilizar e cristianizar os povos atrasados destes territórios e, com Joseph Chamberlain (Koebner e Schmidt, 2010: 207-08), promovia e acreditava na expansão do Império em África como o melhor meio de encontrar novos mercados para solucionar o problema do desemprego, declínio do comércio e excesso de população.

Esta política expansionista agressiva, ou jingoísmo, como os contemporâneos a designaram, atingiu o auge de entusiasmo popular em 1898 e, suscitando embora várias críticas a denunciar o carácter abusivo do emprego de argumentos teológicos cristãos para justificar a cobiça de cada vez mais territórios, contribuiu de forma decisiva para cristalizar a mentalidade dominante até meados da década de 1920, nela integrando sentimentos de solidariedade anglo-saxónica e de superioridade racial (215):

> Imperialism had become the expression of a sentiment which many Britons could share for different reasons. It expressed Anglo-Saxon kinship and solidarity with the self-governing dominions, it gave expression to a feeling of racial superiority, to imperial pride, to a determination not to be ousted by foreign rivals, to grow and expand economically.

Por isso, a insistência de Leonard Woolf em apresentar a sua definição de imperialismo, atrás referida, justificava-se plenamente, apesar de ter sido precedido na sua

análise por J. A. Hobson (2005), entre outros. *Imperialism: A Study*, obra publicada originalmente em 1902, constitui o exemplo mais famoso de crítica da orientação política do governo britânico por ter privilegiado a vertente económico-financeira na explicação do fenómeno do imperialismo e exercido forte influência em Lenine, no âmbito do universo marxista. Todavia, se bem que *Empire and Commerce in Africa* (1920a) aplique a metodologia hobsoniana ao estudo do imperialismo no Norte de África e no contraste entre as colónias britânicas orientais e ocidentais desse continente, a perspectiva de Woolf revela-se mais rica, sistemática e incisiva em *Economic* Imperialism (1920b), ao incluir outros motivos de teor diverso. Com efeito, as crenças, desejos e causas de natureza económica permanecem a força motriz do imperialismo contemporâneo (Woolf 1920b: 35, 42-45), traduzido no afã em encontrar novos mercados de matérias-primas, para os quais se pudesse escoar os produtos manufacturados, mas desapareceram referências aos argumentos hobsonianos de subconsumo, excesso de poupança e desequilíbrio de distribuição da riqueza metropolitanos.

Para além dos pequenos grupos de financeiros, concessionários e accionistas de sociedades por quotas que conseguiram colocar ao seu serviço toda a panóplia de recursos dos Estados (29, 33, 80), Woolf identificou ainda razões de ordem moral, sentimental e militar ou estratégica. Os preconceitos vigentes de superioridade do homem branco sobre outras "raças", tanto nas instituições sociais e políticas, como na moral e na religião, transformavam-no numa espécie de povo eleito com o dever de subjugar o resto do mundo e de lhe dar a conhecer as bênçãos da civilização superior (15-16). Apesar de terem adquirido impérios por motivos egoístas, muitos dos europeus convenciam-se de que os mantinham por razões altruístas, visando o bem-estar dos povos subjugados, como se encontra patente na expressão "The White Man's Burden", retirada do famoso poema de Kipling, mas que Woolf desmascara (18):

> The white man's burden becomes a duty only after, in a fit of absence of mind or in order to fill his pockets, he has placed it upon his own shoulders.

No que respeita à motivação sentimental ou romântica, representado no soldado, aventureiro ou governador colonial — ocorre-nos os exemplos de Clive e de Hastings na Índia setecentista, mas também a revalorização, no último quartel do séc. XIX, de um código ético inspirado na cavalaria medieva — ela nunca terá constituído a causa directa de conquistas coloniais, funcionando antes como o factor ideológico que fazia corresponder a posse de colónias à glória dos respectivos impérios e inibia críticas ao expansionismo imperialista (18-23), pois imperialismo equivalia a patriotismo (23): "Thus patriotism and morality combine not to cause imperialism, but to suppress discussion of or opposition to empire." Algo de semelhante sucedia com a justificação militar ou estratégica, apresentada de início como visando a protecção da metrópole, mas que, após a conquista, incluía as colónias e territórios politicamente dominados, como ilustra o caso de Egipto em relação à continuidade da Índia como colónia. Para Woolf (24), esse motivo servia somente para tornar um Império grande num ainda maior.

Duncan Wilson (1978: 114, 117) chamou a atenção para a importância bem maior — do que a admitida por Woolf — desempenhada por considerações estratégicas no âmbito dos governos britânicos até cerca de 1970, mas apontou a valia da análise dos problemas a longo prazo suscitados pela política de espoliação das terras tribais no Uganda, para além de Woolf ter reconhecido que a eventual retirada das potências europeias das suas colónias em África e outros continentes não melhoraria por si só a situação das últimas, devendo as potências coloniais europeias submeter-se ao princípio do mandato, que as transformaria de exploradoras em "trustees" das populações nativas. Podemos acrescentar ainda que a motivação imperial subsumida no fardo do Homem branco atingiu proporções bem mais amplas do que as antevistas por Woolf, transformando-se numa ideologia, num sistema articulado de pensamento que justificaria de ora em diante a supremacia colonial europeia nos seus mais variados sectores. Porém, seria francamente injusto omitir a justeza analítica a longo prazo de Woolf quando se pronunciou sobre o relacionamento entre as potências europeias e os povos asiáticos, classificando-o de "choque de civilizações" (79).

Com efeito, num artigo publicado no *TLS*, Jonathan Benthall (2010: 3) atribuiu a paternidade da expressão *clash of civilizations* a Bernard Lewis, posteriormente celebrizada por Samuel Huntington, pelo que temos de destacar que *Woolf já a utilizara em 1920* para sublinhar que o imperialismo económico não passava de uma fase de um problema mais vasto que se traduzia no choque entre dois ideais de vida e de dois sistemas económicos (81), resultando no ódio generalizado ao domínio e civilização europeias nutrido pelas chamadas "raças subjugadas" (*subject races)*, como era já patente na Índia e no Egipto. Aliás, foi a este assunto de extrema relevância que Woolf dedicou o livro *Imperialism and Civilization*, vindo a lume em 1928, e em que apontava (1928: 14-15) já a existência de uma revolta mundial contra a Europa visando sacudir o jugo político-económico dos países europeus. A Turquia, a Pérsia e a China contestavam abertamente o controlo ocidental, ao mesmo tempo que se assistia ao nascimento de movimentos nacionalistas no Egipto e na Palestina e até de sinais incipientes em África. Não menos relevante, ao passo que os contemporâneos consideravam que se tratava de conflitos entre raças, religiões ou nações, Woolf insistiu na dominação imperialista como causa principal da revolta contra o Ocidente (17), não passando os conflitos raciais e os movimentos religiosos e nacionalistas de canais ou veículos de expressão da crescente hostilidade anti-ocidental, derivada do choque de civilizações (18-28). E Woolf (16) vaticinou: "The outcome of this movement of revolt will probably be of supreme importance in the history of the next hundred years."

Concluindo, a dominação politico-económica de alguns países por outros, ou imperialismo, tinha-se revelado — já em Ceilão — totalmente incapaz de contribuir para o progresso e bem-estar do povo cingalês e terá sido esta experiência marcante que motivou Woolf a analisar esse fenómeno num âmbito global, propondo um papel decisivo a desempenhar por uma Liga das Nações sinceramente interessada no desenvolvimento e autonomia dos povos. A Liga foi substituída pela Organização

das Nações Unidas (ONU), os protagonistas mudaram, mas a avaliação de um qualquer progresso entretanto registado terá de levar em conta a relevância da análise de Woolf.

Bibliografia

N.B. As obras de Leonard Woolf serão referidas pelo ano de publicação original.

Armitage, David (2006: 2000). *The Ideological Origins of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press.

Benthall, Jonathan (2010). "Distress of Nations". *TLS* August 13, 3.

Glendinning, Victoria (2006). *Leonard Woolf. A Life*. London: Pocket Books.

Hobson, J. A. (2005: 1902). *Imperialism: A Study*. New York: Cosimo Classics.

Koebner, Richard and Schmidt, Helmut Dan (2010: 1965). *Imperialism. A Political Word 1840-1960*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mackenzie, John (1984). *Propaganda and Empire. The Manipulation of British Public Opinion, 1880-1960*. Manchester: Manchester University Press.

Mill, J. S. (1972). *Utilitarianism, On Liberty and Considerations on Representative Government*. Ed. H. B. Acton. London: J. M. Dent & Sons.

Ondaatje, Christopher (2005). *Woolf in Ceylon. An Imperial Journey in the Shadow of Leonard Woolf 1904-1911*. Milton Keynes: The Long Rider's Guild Press.

Owen, Nicholas (2007). *The British Left and India. Metropolitan Anti-Imperialism, 1885-1947*. Oxford: Oxford University Press.

Porter, Bernard (2004). *The Absent-Minded Imperialists. Empire, Society, and Culture in Britain*. Oxford: Oxford University Press.

(2008:1968). *Critics of Empire. British Radicals and the Imperial Challenge*. London: I. B. Tauris.

Wilson, Duncan (1978). *Leonard Woolf. A Political Biography*. New York: St. Martin's Press.

Woolf, Leonard (1913; 2008). *The Village in the Jungle*. Ed. Christopher Ondaatje. London: Eland Publishing Ltd.

_____. (1920a). *Empire and Commerce in Africa*. Ed. Peter Cain. London: Routledge / Thoemmes Press. 1998

_____. (1920b). *Economic Imperialism*. London: The Swarthmore Press.

_____. (1928). *Imperialism and Civilization*. London: The Hogarth Press.

_____. (1961: 1975). *Growing. An Autobiography of theYears 1904 to 1911*. Orlando (Florida): Harcourt Brace Jovanovich Publishers.

_____. (1963: 1975). *Beginning Again. An Autobiography of the Years 1911 to 1918*. Orlando (Florida): Harcourt Brace Jovanovich Publishers.

_____. (1967). *Downhill All the Way. An Autobiography of the Years 1919-1939*. London: The Hogarth Press.